Revista Espaço Acadêmico - Nº 119 - Abril de 2011
ANO X - ISSN 1519-6186

A História do Ensino do Espanhol na década de 1980-1990 no Estado do Paraná*

Jonathas de Paula Chaguri**

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar os (des) caminhos que levaram o estado do Paraná a um momento de reformulação em sua grade curricular, levando a saída do Espanhol como componente curricular do Colégio Estadual em Curitiba na década de 1980 e voltando a sua oferta no final da mesma década com a criação do CELEM em todo estado. Por conseguinte, o espanhol vem se solidificando em todo estado do Paraná, após a criação da Lei nº. 11.161 sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que dispõe sobre o ensino do espanhol como componente curricular obrigatório nas escolas de ensino médio de todo o país.

Palavras-chave: ensino, espanhol, estado do Paraná.

Resumen

El objetivo de este trabajo es presentar los caminos que llevaron la Provincia de Paraná, en un momento de reformulación de su Plan de Estudios, llevando a la exclusión de la lengua española como componente curricular del "Colégio Estadual de Curitiba" en la década de 1980 y volviendo a ofertarla en el final de la misma década con la creación del CELEM en toda la Provincia. Por consiguiente el idioma español viene se consolidando en toda la Provincia de Paraná, después de la creación de la Ley nº 11.161 sancionada por el Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que dispone sobre la enseñanza de la lengua española como componente curricular obligatorio en las escuelas de bachillerato de todo el país.

Palabras-clave: enseñanza, español, Provincia de Paraná.

* Este artigo é uma versão modificada a partir da dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, orientado pelo Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo.

** **JONATHAS DE PAULA CHAGURI** é Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Professor da Universidade Estadual do Paraná-UEPR/FAFIPA, Campus de Paranavaí. Departamento de Letras na área de Língua Inglesa.

1 Introdução

Até meados do século XX o ensino de língua estrangeira (LE) tinha objetivos bem diferentes dos dias atuais, pois, antigamente, a LE era entendida como parte da formação para a própria unidade do espírito humano dos jovens. Atualmente, a LE é atrelada a fins de instrumentalização (não no sentido de instrumento de comunicação, mas principalmente no sentido de ferramenta para certos fins determinantes) da entrada do jovem no mercado de trabalho[1], como afirma a mídia com um discurso retórico enfatizando a importância em se aprender uma LE com ênfase ao mercado de trabalho. Portanto, pode-se dizer que essa transformação na forma do ensino de LE ocorrido na primeira metade do século XX afetou a forma de conceber a LE como disciplina escolar.

A LE, por sua vez, sempre foi e será um componente essencial para a educação básica dos brasileiros e precisa ser considerada como uma área de conhecimento tão importante quanto outro qualquer. A LE é "um espaço privilegiado em relação aos contextos culturais, políticos e sociais na contemporaneidade" (PAES & JORGE, 2009, p. 162). No Brasil, a mudança dos paradigmas educacionais torna-se perceptível somente a partir dos anos 50, com finalidades que se volta para o mercado do trabalho do que para uma formação humanística.

Assim, o objetivo desse trabalho é apresentar certos dados específicos que configuraram a saída do espanhol como componente curricular das escolas no estado do Paraná entre a década de 1980, e após um período de silêncio, o espanhol renasce na década de 1990, como resposta a luta de um grupo de professores[2] que possuíam o desejo de expandir o idioma a outras escolas públicas e cidade do estado. Contudo, essa expansão só se tornou possível após os anos 90 com a criação da Lei nº 11.161 que dispõe sobre o ensino do espanhol no Brasil.

Nesta perspectiva, a história nos possibilita romper com os paradigmas, com as linearidades das construções simbólicas, questionar o que está subjetivo, pois a história traz consigo a ambigüidade do que muda e do que permanece. Por essa razão, é na e pela história que somos capazes de examinar o enfraquecimento e fortalecimento do espanhol como disciplina escolar na educação paranaense.

2 A Memória do Espanhol no Paraná

Ao nos posicionarmos diante da história, por meio das asserções de Chagas (1967), vemos que as línguas geralmente ofertadas eram francês, inglês e o alemão, e com a reforma de 1942, o espanhol passou a ser ofertada

[1] Foi empregado o termo *mercado de trabalho* para delinear a idéia de um condicionamento que expresse a competência e habilidade de forma *individual*, que devido à inserção do país no modo de produção capitalista na década de 1990, exigia das escolas uma formação estritamente de caráter profissionalizante para mão-de-obra qualificada e não para uma formação do próprio espírito humano.

[2] O grupo de professores a qual se faz menção neste texto entende-se por professores ligados a Associação de Professores de Espanhol do Estado do Paraná.

como disciplina escolar na escola secundária. Portanto, torna-se válido refletirmos sobre o processo do ensino de LE vinculado a um papel educativo.

> O caráter educativo do ensino de uma LE está nas possibilidades que o aluno pode ter de se tornar mais consciente da diversidade que constitui o mundo. As múltiplas possibilidades de ser diferente, seja pela cultura, seja [sic] pelas identidades individuais, podem fazer com que o indivíduo se torne mais consciente de si próprio, em relação a seu contexto e ao contexto global (PAES & JORGE, 2009, p. 163).

No Brasil, na reforma do ensino secundário de 1942[3] chamado de reforma Capanema, até então, o espanhol, não havia se alicerçado como componente curricular. Sendo assim, ele é escolhido a ser uma disciplina obrigatória nos programas oficiais do curso científico que pertencia à escola secundária (CHAGAS, 1967). Nessa época os conteúdos ministrados pelos professores de línguas se caracterizavam em torno das *noções de civilização* e de *literatura comparada*, isto é, num contexto de configuração de um país que propiciasse o uso de uma LE.

O espanhol, por meio das colônias de imigrantes, não apresentava na visão do governo uma ameaça durante o Estado Novo[4], e consequentemente, o espanhol estava apto a ser um componente curricular ao lado do francês e do inglês, por ser uma "língua de um povo que se identifica pelos signos de sua história e de sua literatura" (PICANÇO, 2003, p. 33). Ao ocorrer à reforma de 1942, as modalidades do colegial clássico e científico não constituíram grandes diferenças em seus respectivos currículos.

> Faziam parte do tronco comum: português, francês, inglês, matemática, física, química história geral e do Brasil, e geografia geral e do Brasil. No clássico estudavam-se grego e latim nos três anos, além de filosofia (2 anos) e história natural (1 ano). No científico havia filosofia (1 ano), história natural (2 anos), espanhol (1 ano) e desenho (1 ano) (PICANÇO, 2003, p. 32).

O *ginásio* que pertencia ao *secundário* ainda que não fosse obrigatório o estudo das línguas, havia 4 anos de francês e 2 anos de inglês que eram ensinado aos jovens. Segundo assevera Leffa (1999), ao se estudar as línguas foram traçados os seus objetivos de ensino dividido em *instrumentais* (ler, escrever, compreender e falar), *educativos* (observação, reflexão e formação da mentalidade) e *culturais* (refletir sobre a cultura da língua estrangeira).

Para que o espanhol fosse ofertado como componente curricular neste período, necessitava-se de uma formação de professores do idioma supracitado, por isso, foi dada uma

[3] Apesar desta Reforma, por um lado, ser polêmica por ser de cunho autoritário que "promovesse o classicismo aristocrático e acadêmico dos últimos dias do império", conforme corrobora Leffa (1999, p. 17), por outro lado, democratizou o ensino, dando a todas as modalidades do ensino médio (secundário, normal, militar, comercial, industrial, agrícola) o mesmo *status*.

[4] No dia 1º de novembro de 1937, Getúlio Vargas decretou o fechamento do Congresso e anunciou a Nova Constituição. Em 2 de dezembro de 1937, os partidos foram dissolvidos iniciando-se, então, o *Estado Novo*. Redigida por Francisco de Campos, a constituição de 1937 era baseado na Carta Magna polonesa de *Pilusdski*, recebendo, por isso, a alcunha popular de *Polaca*. A constituição de 1937 tinha características tais como abolição da liberdade de imprensa, fim dos partidos políticos interventores no estado e fim do federalismo. De certo modo, então estava instaurado o *Estado Novo* (COTRIM, 1997).

atenção especial aos programas de formação de professores de espanhol que atuariam no quadro oficial das escolas.

> A força dos métodos tradicionais, ou melhor, da formação dos professores por esses métodos, já que os elementos de *civilização* (principalmente literatura) continuam fazendo parte dos conteúdos privilegiados pelo programa Oficial. Este programa, na verdade, seguia orientações *internacionais*, pois segundo a professora Maria das Dores WOUK (1956, p. 1) "os vários congressos internacionais de professores de Línguas Vivas têm servido para difundir em todas as nações participantes a idéia e necessidade de desenvolverem o ensino dessas línguas" (PICANÇO, 2003, p. 34).

Um aspecto importante mencionar é que durante a década de 40, à formação de professores de LE para compor o quadro próprio nas escolas era constituído da seguinte forma:

> A Licenciatura em Letras Neolatinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná previa, além das línguas clássicas e vernáculas (português), o estudo de francês, italiano e espanhol (com suas respectivas literaturas) até o terceiro ano do curso. Na última série do curso os alunos deveriam optar por duas delas, habilitando-se para dar aulas de língua portuguesa, latim, e duas línguas neolatinas (PICANÇO, 2003, p. 35).

Por essa razão, nota-se, que o espanhol seria um dos motivos para ser incorporado como componente curricular nas escolas, já que na universidade havia a possibilidade de formação em francês e espanhol para professores. Após o término da Licenciatura em Letras Neolatinas era possível assumir aulas de espanhol no *colegial*, especificamente na primeira série. No estado do Paraná, encontramos o espanhol como componente curricular no caráter de LE no Colégio Estadual do Paraná.

> Inicialmente fora ministrado por uma professora, Maria de Lourdes Vítola, formada em Neolatinas, e que originalmente pertencia à área de francês. O professor FRIGÉRIO[5], também formado em Neolatinas, começou a dar aula no Colégio Estadual (onde havia feito a escola secundária) na década de 40 (PICANÇO, 2003, p. 36). [nota explicativa nossa]

Outro fator preponderante que explica a opção do espanhol como companheiro do inglês e francês no campo acadêmico seria devido ao fato, de se ter uma Licenciatura em Letras Neolatinas, com uma das habilitações em espanhol, levando o mercado editorial a se aquecer a partir da década de 40, e como resposta a isso, produzir livros de literatura em espanhol, como também,

[5] Francisco Frigério, já falecido, foi o único professor concursado para o ensino de espanhol no estado do Paraná durante as décadas de 60, 70 e meados de 80. Em 1946 começou a dar aulas de línguas e nos anos de 1961 e 1962 fez viagens à Espanha. Formou-se em Línguas Neolatinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Foi professor do Colégio Senhor Bom Jesus, durante 27 anos, professor de latim e espanhol no Colégio Sagrado Coração. Também foi professor de português no Instituto de Educação e de espanhol no Colégio Estadual do Paraná por 35 anos em ambas as unidades de ensino. Dava aulas de espanhol no curso de Comércio Exterior e foi professor da Fundação de Estudos sociais. Estudou no Ginásio Paranaense, em 1846, como primeiro estabelecimento do estado do Paraná em nível de ensino médio, que na qual, o Estado tinha o Ginásio Paranaense sendo o único oficial no ensino secundário, que em 1942 passou a se chamar Colégio Estadual do Paraná (PICANÇO, 2003).

de outras áreas para questões acadêmicas.

> O governo Brasileiro, por exemplo, só começa a se interessar pela falta de livros didáticos em português na década de 30. Como a Espanha tinha um mercado editorial em expansão, a possibilidade de importação de livros nessa língua era grande. Junte-se a isso o fato de que a literatura espanhola havia passado dois períodos de grande ebulição. A *geração de 1898*, marcada pela perda das colônias, era constituído por poetas, cronistas e prosadores que se propuseram a repensar o que era ser espanhol numa Espanha sem império. (...) A *geração de 27*, procura, a partir do diálogo com os escritores da geração anterior, fazer uma síntese entre diversidade e unidade, tradição e modernidade. Além disso, logo depois do fim da Guerra Civil Espanhola (1936-39), a ditadura de Francisco Campo tenta reconstruir o país em torno de tradições reconhecidamente nacionais (PICANÇO, 2003, p. 37).

Diante disso, compreendemos que o conteúdo que seria trabalhado no espanhol, seria um conteúdo que privilegiasse a literatura, a história e os costumes, além do estudo da gramática. O que se prevaleceria até a década seguinte, seriam a valorização dos autores consagrados da literatura e o ensino da língua como norma com ênfase nas linguagens dos poetas e prosadores. Assim, esse modelo de educação para o ensino das línguas no Paraná é com ênfase a partir de modelos europeus, que valorizavam a literatura e a tradição metodológica.

Contudo, não podemos esquecer que o espanhol teve um momento efervescente na história educacional, por motivos da abertura de publicações em espanhol pelo governo no Brasil. Nesta perspectiva, percebe-se que certas línguas tais como o alemão e o italiano acabam perdendo espaço na formação dos jovens, e consequentemente, a valorização de suas culturas que está atrelado à língua (PICANÇO, 2003).

No período de 1964 a 1985, o Brasil foi governado por militares, que impuseram uma ditadura. Cinco militares sucederam-se no poder: Castelo Branco[6], Costa e Silva[7], Médici[8], Geisel[9] e Figueiredo[10]. Para evitar os projetos da sociedade, o regime militar cassou o direito de voto e calou as oposições por meio da censura ou pela violência da repressão policial. Muitos brasileiros foram mortos e torturados pela polícia nesse período. Abandonando o nacionalismo reformista do governo Goulart, a ditadura militar adotou o modelo de desenvolvimento dependente, que subordinava nossa economia no capital, à tecnologia e aos interesses estrangeiros.

No plano político e social, por volta da década de 1980, instaurou-se uma mudança no autoritarismo político brasileiro, bem como, no plano social. Neste sentido, a sociedade brasileira começou a sofrer pressões para um novo período de democratização no cenário político, e consequentemente,

[6] Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967). Foi militar e político brasileiro, primeiro Presidente durante o regime militar instaurado pelo Golpe Militar de 1964.
[7] Marechal Artur da Costa e Silva (1899-1969). Foi militar e político brasileiro, segundo Presidente durante o regime militar de 1964.
[8] Emílio Garrastazu Médici (1905-1985). General que presidiu o Brasil durante a ditadura militar de 1964.
[9] Ernesto Geisel (1907-1996). Foi general e político brasileiro, o quarto Presidente durante o regime militar de 1964.
[10] João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999). Último Presidente do Brasil no período da ditadura militar de 1964.

foi possível uma abertura mais plausível por tomadas de decisões, que estivessem voltadas ao planejamento da organização local.

Por essa razão, no final da década de 70, é possível observar na reforma da LDB de 71 que muitas das escolas já haviam optado pelo inglês, e para combater essa insatisfação por parte dos professores, que foi criado pela reforma de ensino, começou-se a aplicar algumas soluções que pudessem amenizar e/ou solucionar a situação que se encontrava em meio aos acontecimentos que ocorria no país. Em 1982 foi criado no estado do Paraná, no Colégio Estadual em Curitiba, *o Centro de Línguas Estrangeiras Modernas* (CELEM) que oferecia aulas de inglês, alemão, francês e espanhol. O CELEM tinha como objetivo expandir a oferta de LE para outras escolas públicas e cidade do estado.

> As metas do projeto incluíam a implantação de Centro de Línguas em mais quatro estabelecimentos estaduais de ensino: Colégio Hildebrando de Araújo (Curitiba): alemão; Colégio Prof. José Guimarães (Curitiba): alemão e inglês; Colégio Lamenha Lins (Curitiba): francês, Colégio Souza Naves (Rolândia): alemão; Instituo Professor César Pietro Martinez (Ponta Grossa): inglês (PICANÇO, 2003, p. 54).

A implantação do CELEM no estado do Paraná deveria acontecer com o apoio dos consulados da França e Alemanha, e a oferta do centro de línguas nas escolas aconteceria conforme a disponibilidade de professores no quadro próprio do magistério. Por essa razão, foram escolhidos locais que havia a presença destes professores para a implantação do CELEM nas escolas do estado.

Contudo, "as iniciativas dos professores esbarravam em limitações impostas pela falta de uma política que garantisse a formação e manutenção de quadro de professores" (PICANÇO, 2003, p. 55). Nesta perspectiva, parece-nos que as políticas em torno do ensino de LE, especificamente, na formação inicial e continuada de professores têm sido visto por descaso por partes das autoridades educacionais.

> Deveria as autoridades preocupar-se muito mais com medidas necessárias para tornar o ensino eficaz em produzir os resultados dele esperados. Encontrar respostas para os problemas da capacitação docente e da educação continuada dos professores de línguas estrangeiras deveria ser a contribuição dos responsáveis pela Educação no País, para que as gerações atuais não sejam excluídas da fruição de um bem que não deve ser de alguns apenas, mas de todos (CELANI, 1995, p. 17).

Buscar essas respostas deveria ser a contribuição para as gerações atuais receberem um ensino com finalidades de aprimorar o conhecimento que nada mais é do que um patrimônio precioso. De acordo com Picanço (2003), ao resgatar a memória e a história do ensino de LE no Paraná, é importante ressaltar que no início de 1982, a professora Deucélia[11] entrou em contato com a coordenadora da área de espanhol da Universidade Federal do Paraná (UFPR) fazendo a proposta de se incluir

[11] A professora Deucélia La Banca licenciou-se em 1971. Ministrou aulas de espanhol na UFPR em 1982. Assumiu as aulas do professor Francisco Frigério no Colégio Estadual do Paraná, ao se aposentar. Coordenou o Centro de Línguas do Colégio Estadual do Paraná (CELICEP) e foi professora efetiva da área de Espanhol no departamento de Línguas Estrangeiras Modernas na UFPR, entre 1990 a 1996 (PICANÇO, 2003).

o idioma como opção para as provas de vestibulares. Prontamente, a proposta foi aprovada e neste mesmo ano, fez-se a adesão do espanhol junto ao italiano e alemão. Essa medida de se incluir o espanhol no vestibular da UFPR fez com que a procura de professores de espanhol aumentasse resultando na valorização do idioma, uma vez, que os cursinhos e colégios de 2º grau necessitavam de professores para ministrarem as aulas.

Por conseguinte, ainda segundo as asserções de Picanço (2003), a busca por professores que fossem aptos a ministrar o espanhol na capital do Estado, em 1982, resultou na criação de uma *Associação de Professores de Espanhol* que mais tarde, em 1986 solicitou junto "à secretaria que esclarecesse aos diretores de escola sobre a responsabilidade de oferta de outras línguas estrangeiras em seus currículos" (PICANÇO, 2003, p. 57).

Com a medida comunicada a todos os chefes de núcleos, houve a falta de professores para ministrar as aulas de espanhol. De modo que fosse solucionada a falta de professores, as associações de professores de francês e espanhol passaram a reivindicar junto ao governo do estado vagas em concurso público. Como não havia demanda em todo o estado de professores de espanhol, e de outras LEs tais como alemão, francês e italiano a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) alegou não poder abrir o concurso para as línguas estrangeiras, especialmente o espanhol.

> De acordo com o dossiê preparado para a *II Reunião sobre o Ensino de Espanhol no Brasil,* realizada em 1987, em Brasília, a situação no Estado do Paraná era a seguinte: no 1º e 2º graus, somente duas escolas ofereciam espanhol, o Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba, com 40 alunos no Centro de Línguas e o Colégio São Francisco Xavier, em Londrina, que não mantinha mais o ensino no 2º grau. Nos vestibulares, além da UFPR e da Faculdade de Ciências Sociais de Foz do Iguaçu, que já ofereciam a opção desde 85, em 1987. (...) Ainda segundo o dossiê da Associação, oficialmente só havia uma professora de língua espanhola em todo o Estado, lotada no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba. Pelas datas podemos concluir que se tratava da professora DEUCÉLIA, que assumira as aulas do professor FRIGÉRIO, que estava aposentado (PICANÇO, 2003, p. 58).

Percebe-se, então, que a medida esbarrou na justificativa de pouca demanda de professores em exercício da LE no Estado, e, posteriormente, tal medida levou a figura do espanhol[12] para um cenário de retirada dos currículos das escolas do Estado. A saída do espanhol, da grade curricular como disciplina no Estado do Paraná não é somente por questões de poucas condições de formação de professores em LE, mas por embates políticos que acabou refletindo no sistema educacional. A fim de compreendermos os aspectos políticos que influenciaram a retirada do espanhol como componente curricular do Colégio Estadual do Paraná, é fundamental configurarmos dentre vários embates políticos, o acordo MEC-USAID que julgamos ser um dos principais como responsável da retirada do idioma.

Para atender a nova forma de exigências do mercado, que se apresentava como um modelo de economia em expansão fazia-se necessário a presença de órgãos

[12] Componente Curricular no Colégio Estadual do Paraná. Já em outras escolas, a LE ofertada era inglês, francês e italiano desde que houvesse professor habilitado para ministrar as aulas.

como a USAID, nos países em desenvolvimento. Por meio da Lei nº 5692/71, a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB de 71 houve a reconfiguração do sistema educacional e no que concerne ao ensino de LE reduziu-se a carga horária da disciplina nos programas curriculares fazendo com que muitas escolas tirassem a LE do 1º e 2º grau. Isso aferiu para o oferecimento de cursos de formação profissionalizante para atender as exigências do mercado que necessitava de mão-de-obra qualificada. Por conseguinte, o ensino de LE, neste caso, o espanhol, não era mais tido como quesito principal na formação do próprio espírito humano, pois, de acordo com a nova reforma no cenário educacional era preciso uma LE como componente curricular que atendesse as exigências do mercado, e por essa razão, tirou-se o espanhol da grade curricular para incluir o inglês como LE no país, e consequentemente, no estado do Paraná.

De certa forma, acabou se instaurando um monolinguismo no país, pois com a Lei 5.692/71 que reduzira a carga horária das LE (LEFFA, 1999), apenas era possível a oferta de uma LE no currículo oficial das escolas públicas, e sem a pluralidade de oferta, o ensino de línguas estrangeiras não teria mais a formação de cidadãos conscientes, críticos e agentes transformadores da realidade (CHAGURI, 2010).

Assim, para que não se efetivasse o monolinguismo no estado do Paraná, os professores de LE (espanhol, francês, alemão e italiano), se mobilizaram entre si, para lutar contra a nova forma do imperialismo em LE como resultado da Lei 5692/71 que restringiu a oferta de LE para uma opção na grade curricular.

Mediante os fatos expostos, conforme os dados divulgados pela a Secretaria de Estado da Educação (PARANÁ/SEED, 2009), por meio da então Secretária Estadual da Educação, *Gilda Poli Rocha Loures*, no uso de suas atribuições legais, resolveu através da Resolução nº 3.546/86 (PARANÁ/SEED, 1986,) regulamentar a criação dos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM, na Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná. Neste mesmo ano, conforme explicita Picanço (2003) foi aberto o concurso público para espanhol, frânces e alemão, ficando o italiano de fora até o próximo concurso (realizado em 1988), apesar de estarem previstas pela resolução, vagas para cada língua.

Contudo, mesmo com a realização do concurso público para professores de LE atuarem nos centros de línguas, o governo ainda não tinha dado continuidade aos trabalhos regulamentados do CELEM. Diante disso, as associações de professores de LE resolveram cobrar uma posição do governo fazendo um movimento ao longo dos anos de 1988 a 1989.

> No ano de 1987 foram enviados, segundo os relatórios anuais de 1987 e 1988, 264 ofícios: ao Presidente do Conselho Federal da Educação, a todos os membros das comissões da Família, Educação, Cultura, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação da Assembléia Nacional Constituinte, em números de 127 membros, à Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Paraná, aos diretores das escolas públicas estaduais do Paraná, ao Superintendente da Educação da SEED e ao Secretário de Estado da Educação (PICANÇO, 2003, p. 65-66).

Beneficamente o movimento resultou numa comissão através da Resolução 3.881/1987 com a incumbência de elaborar o Regulamento dos CELEM. O

Secretário Estadual da Educação, senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, tendo em vista as disposições da resolução supracitada, compõe uma comissão integrada por Jussara de Fátima Mainardes Ribeiro, Sandra Poli Gonçalves de Almeida, Ivone Machado de Oliveira, Silvia Marianne Muller, Nair Nodoca Takeuchi, Maria Fernada Araújo Lisboa, Mario Candido de Ataíde Júnior e Cleusa Antonia Monteiro (PARANÁ/SEED, 2009). Em 1988, o então Superintendente de Educação do Estado do Paraná, *Daniel Domaszak***,** com base no *a*rt. 7º da Resolução Secretarial nº 3.546/1986 expediu a instrução nº 01/1988 que visava à regulamentação do CELEM estabelecendo normas para o funcionamento dos CELEM nos estabelecimentos de ensino, e na ocasião, destinando 30% das vagas à comunidade.

Como conseqüência desse amplo movimento foi realizada inúmeras reuniões e encontros por meio das Associações e representantes de áreas afins "e com a ajuda de consulados e embaixadas, foi possível a quebra do monolinguismo no ensino de línguas" (PICANÇO, 2003, p. 68).

A quebra de barreiras contra a oferta de outras línguas fez com que o espanhol adquirisse status num panorama mundial tornado-se reconhecido. Este reconhecimento deve-se ao fato da expansão do espanhol no mundo com a redemocratização da América Latina. Devido a isto, muitos países, conforme enuncia Picanço (2003) se tornaram mercados consumidores de tecnologia e produtos industrializados importados de países asiáticos, e os investimentos realizados na Espanha, como também, pela Comunidade Européia, para fortalecer o país. Isto tudo resultou para o espanhol um status do segundo idioma mais falado no comércio mundial na década de 90.

Além destes fatores, um fato importante na expansão do espanhol, e que, de certa forma, foi uma alavanca propulsora para sua efetivação na grade curricular no Brasil é o fato da criação do Mercosul. De certo modo, isto fez com que o espanhol começasse a ser "oferecido em várias escolas particulares e públicas como disciplina escolar, obrigatória ou opcional" (PICANÇO, 2003, p. 69). Um significativo aumento do espanhol também ocorreu na comunidade acadêmica nos exames de proficiência, nos cursos de pós-graduação.

> Um levantamento dos títulos homologados pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, no período de janeiro de 2007 a janeiro de 2008, mostra que, na opção de Língua Estrangeira para os exames de proficiência, de um total de oitenta e sete alunos de Mestrado, sessenta e quatro fizeram proficiência em espanhol, o que equivale a mais de 73%. Em relação aos alunos de Doutorado, dos cinqüenta e dois alunos que realizaram proficiência, quarenta e sete escolheram como uma das duas línguas estrangeiras o espanhol, equivalendo a mais de 90% das escolhas (CRISTOFOLI, 2008, p. 3).

É oportuno mencionar também, que com a aprovação da Lei 11.161/2005 que torna obrigatória a oferta da língua espanhola nas escolas públicas e privadas de Ensino Médio parece ter aumentado o interesse pelo espanhol e tendo sido articulado com as proposições do Mercosul. Assim, junto às asserções de Gadotti (2007), Picanço (2003) e Cristofoli (2008), por mais que o espanhol integrasse um ponto de vista cultural e social, o idioma alavancou-se

a partir da década de 90, no Brasil, pelo fato de muitos países expandirem seus mercados por meio de interesses econômicos.

Para que o espanhol fosse solidificado como componente curricular no país, para atender a nova configuração político-econômica do país, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou no dia 5 de agosto de 2005 no Palácio do Planalto, a Lei nº 11.161 que torna obrigatória a oferta da língua espanhola nas escolas públicas e privadas de ensino médio. Diante disso, a Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 especifica o artigo 36, inciso 3º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, tornando obrigatório o ensino do espanhol na educação média.

A LDB (p. 27, Seção IV, Art. 35, Inciso III, 1996) diz que "será incluída uma LEM, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda língua, em caráter optativo, dentro das prioridades da instituição". A LE obrigatória de que trata a LDB, agora será o espanhol. A lei prevê a implantação gradativa do ensino do espanhol, no prazo de cinco anos, e atribui aos conselhos estaduais de educação a responsabilidade pelas normas que tornem viável sua execução de acordo com as condições e peculiaridades locais.

Assim, em consonância ao tempo estipulado pela Lei nº. 11.161/2005 (BRASIL, 2005), que torna obrigatório o espanhol na grade curricular, os estados tiveram que se organizar e implantar o espanhol em suas respectivas grades. Para tanto, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná realizou dois concursos públicos em 2004 e 2007 os quais um dos motivos estava relacionado ao aumento da demanda na rede estadual devido à implementação de mais uma LE obrigatória no currículo escolar do ensino médio, neste caso, o espanhol, e, consequentemente, a expansão de ofertas dos cursos do CELEM em todo estado, que, atualmente hoje oferta em 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE) perfazendo um total de 473 estabelecimentos de ensino, com aproximadamente 38 mil matriculados em todo o Estado do Paraná, como aponta os dados do PARANÁ/SEED (2009).

3 Considerações finais

O espanhol vem ganhando forças a partir da década de 90, no Brasil, pelo fato de muitos países expandirem seus mercados por meio de interesses econômicos. O espanhol conhecido como a língua de "Cervantes" não se estabeleceu como componente curricular em todo o estado do Paraná no início da década de 1980. Contudo, somente no final dos anos 80, que o espanhol ganha espaço devido à tendência de valorização mundial do idioma. Em particular, no estado do Paraná, o espanhol começou a se solidificar no cenário do ensino de LE, no final da década de 80, devido a sua valorização mundial e também pela valorização dos professores de idiomas que não concordavam com a supremacia do inglês como LE a ser ensinada como componente curricular nas escolas do Paraná.

Devido a esta luta contra a hegemonia do inglês, o espanhol se configura no estado do Paraná, em 1982, com a criação do CELEM, que primeiramente, ficou mais restrito no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba, devido à existência de professores licenciados a lecionarem o espanhol, e mais tarde, entre 1984 a 1989 expandiu-se por todo o estado, vindo se consolidar como componente curricular devido à criação do MERCOSUL na década de 90 e a

aprovação da Lei 11.161/2005 (BRASIL, 2005), sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que torna obrigatória a oferta do espanhol nas escolas públicas e privadas no ensino médio em todo o país.

Referências

BRASIL. Lei Nº. 11.161, de 05 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

CELANI, M. A. A. As Línguas Estrangeiras e a Ideologia Subjacente à Organização dos Currículos da Escola Pública. **Claritas**. nº 1, p. 9-19.1995.

CHAGAS, R. V. **Didática Especial de Línguas Modernas.** 2ª Ed. São Paulo, Editora Nacional, 1967.

CHAGURI, J. P. **As Vozes de uma Política de Ensino de Língua Estrangeira Moderna na Educação Básica do Estado do Paraná.** 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

COTRIM, G. **História Global.** São Paulo: Saraiva, 1997.

CRISTOFOLI, M. S. As Políticas de Ensino de Língua Estrangeira para a Educação Básica no MERCOSUL e o Trabalho Docente: territórios, territorialidades e fronteiras. In: **VII Seminário REDESTRADO:** Nuevas Regulaciones en La América.Buenos Aires: Argentina, 2008.

GADOTTI, M. **O Mercosul Educacional e os Desafios do Século 21**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9.394 de 20 de novembro de 1996.

LEFFA, V. J. O Ensino de Línguas Estrangeiras no Contexto Nacional. **Contexturas**, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

PICANÇO, D. C. L. **História, Memória e Ensino de Espanhol (1942-1990**). Curitiba: UFPR, 2003.

PAES, M. B. G; JORGE, M, L, S. Preconceito contra o Ensino de Língua Estrangeira na Rede Pública. In: LIMA, D, C. (org.). **Ensino e Aprendizagem de Língua Estrangeira:** conversas com especialistas. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PARANÁ/SEED. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação e Trabalho. **Portal Dia-a-Dia Educação do Estado do Paraná.** 2009. Disponível em <http://www.diaadia.pr.gov.br/celem/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>. Acesso em 01-08-2009.

_____. Resolução nº 3.546/86. Estabelece criação de 22 Celems. **Diário Oficial**, Curitiba, agosto. 1986.